

LENIO LUIZ STRECK E LUCIANO FELDENS

CRIME E CONSTITUIÇÃO

A LEGITIMIDADE DA FUNÇÃO
INVESTIGATÓRIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

3ª EDIÇÃO
REVISTA E ATUALIZADA

EDITORA
FORENSE

Resumo de Crime e Constituição. A Legitimidade da Função

Com o advento do Estado Democrático de Direito, parece não haver dúvida de que ocorreu uma verdadeira revolução copernicana no Direito e no Estado. De um Ministério Público protetor dos interesses individuais, na moldura de uma Sociedade liberal-individualista, salta-se para um novo Ministério Público, que claramente deve assumir uma postura intervencionista em defesa do regime democrático e dos direitos fundamentais sociais.

Defender o Estado Democrático de Direito nem de longe pode ser um conceito vazio o significado material desse novo paradigma de Estado é que deve nortear a atuação da investigação ministerial.

E qual é o desiderato do constituinte ao assumir o paradigma (potencialmente transformador) do Estado Democrático de Direito? A resposta é facilmente encontrável no texto constitucional, desde que compreendido em sua materialidade.

[Acesse aqui a versão completa deste livro](#)